

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL LICENCIATURA**

Camila Portella Mendonça

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO: PRÁTICAS EM UMA ESCOLA
DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-RS**

Santa Maria- RS

2018

Camila Portella Mendonça

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO: PRÁTICAS EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-RS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Educação Especial, Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Educação Especial.

Orientadora: Prof^a Dr^a Rosane Carneiro Sarturi

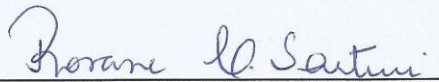
Santa Maria- RS
2018

Camila Portella Mendonça

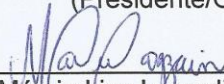
**POLITICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO: PRÁTICAS EM UMA
ESCOLA DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA-RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Educação Especial, Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Educação Especial.

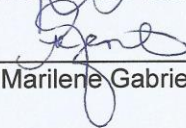
Aprovado em 17 de janeiro de 2018:



Rosane Carneiro Sarturi (UFSM)
(Presidente/Orientadora)



Márcia Lise Luardi Lazzarin (UFSM)



Marilene Gabriel Dalla Corte (UFSM)

Santa Maria- RS
2018

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO: PRÁTICAS EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-RS

Camila Portella Mendonça¹ Rosane Carneiro Sarturi²

RESUMO

O trabalho de conclusão de curso abordou sobre as políticas públicas de inclusão. Este trabalho tem como objetivo geral analisar como as políticas públicas de inclusão são consideradas nas práticas pedagógicas durante as ações do estágio supervisionado em uma escola municipal do município de Santa Maria- RS. Possui como objetivos específicos: relacionar as práticas do Estágio Supervisionado em déficit cognitivo, no curso de Educação Especial, com as normativas legais que orientam as ações no contexto escolar; e analisar as relações das políticas públicas de inclusão no contexto escolar, considerando os documentos normativos da Escola. Para a realização do trabalho, foram utilizados os estudos de Aranha (2001), Mazzotta (1996), Mendes (1995), entre outros autores. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa do tipo estudo de caso fundamentado no teórico Triviños (1987). Conclui-se que por meio do ensino colaborativo, que é um ensino em conjunto, em que o educador da classe comum e o educador especial, trabalham concomitantes, planejando e desenvolvendo estratégias para atender a turma, considerando meios que trabalhe as especificidades e potencialidades dos alunos da classe, para que estimule e incentive o sujeito incluído para que realize todas as atividades junto com sua turma, foi possível analisar algumas experiências positivas, sobre a inclusão que de fato aconteceu, pois, além de possuir acesso para os deficientes físico, há preocupação quanto ao aprendizado dos alunos com necessidades educativas especiais, que são atendidos na sala de recursos multifuncionais e realizado as mediações tanto na sala de recursos, quanto na sala comum. Um dos pontos frágeis que se observou foi de que a educadora especial atende apenas no turno da manhã, tendo que retirar alguns alunos da sala de aula, fazendo com que percam conteúdos estudados em sala de aula.

Palavras-Chave: Políticas Públicas Inclusão. Educação Especial. Contexto Escolar

PUBLIC POLICIES OF INCLUSION: PRACTICES AT A SCHOOL IN THE MUNICIPALITY OF SANTA MARIA-RS

ABSTRACT

The course conclusion work focused on public inclusion policies. This work aims to analyze how public inclusion policies are considered in pedagogical practices during the supervised internship at a municipal school in the municipality of Santa Maria, RS. It has as specific objectives: to relate the practices of Supervised Internship in cognitive deficit, in the Special Education course, with the legal norms that guide the actions in the school context; and to analyze the relations of the public policies of inclusion in the school context, considering the normative documents of the School. For the

¹ Autora. Acadêmica do Curso de Educação Especial Diurno, Universidade Federal de Santa Maria.

² Orientadora. Prof^a Dr^a do Departamento de Administração Escolar do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria

accomplishment of the work, the studies of Aranha (2001), Mazzotta (1996), Mendes (1995), among other authors were used. The research has a qualitative approach of the case study type based on the theoretical Triviños (1987). It is concluded that through collaborative teaching, which is a joint teaching, in which the common class educator and the special educator work together, planning and developing strategies to attend the class, considering means that work the specificities and potentialities of the students, so that it stimulates and encourages the included subject to perform all the activities together with his class, it was possible to analyze some positive experiences, about the inclusion that actually happened, since, besides having access for the physically disabled, there is concern about the learning of students with special educational needs, who are attended in the multifunctional resource room and conducted the mediations both in the resource room and in the common room. One of the weaknesses that was observed was that the special educator attends only the morning shift, having to remove some students from the classroom, causing them to lose content studied in the classroom.

Keywords: Public Policies Inclusion. Special education. School context

APRESENTAÇÃO

Começo minha apresentação expondo minha escolha pelo Curso de Educação Especial, a qual se deu pela motivação em ver minha mãe atuando como Pedagoga. Assim, desde pequena acompanhei sua carreira, em meio a tantas dúvidas, fui a busca de outras licenciaturas. Entre pesquisas sobre as grades curriculares dos cursos, a grade da Educação Especial foi a que mais me interessou, portanto, me inscrevi para o vestibular do ano de 2014, em que tive a feliz notícia de ter passado na primeira chamada.

Dessa forma, no primeiro ano da graduação, atuei como bolsista na Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), quando pude ter vivências com alunos com necessidades educativas especiais (NEE), assim ratificando que estava no curso certo. No ano de 2016, tive a oportunidade de fazer parte do grupo de estudos e pesquisas Gestar/CNPq e grupo de pesquisa Elos/CNPq, sendo bolsista do Observatório de Educação (OBEDUC) participando do projeto “Interloquções entre Políticas Públicas e ações pedagógicas: Limites e Possibilidades”, e no ano de 2017 comecei a atuar como participante do projeto do grupo de estudos e pesquisas Gestar/CNPq “Impactos das Políticas de Formação de Professores em Contextos Emergentes” e como bolsista do projeto

“Conselhos Municipais de Educação e Inter-Relações com a Qualidade da Gestão Educacional nos Sistemas Municipais de Ensino da AMCENTRO/RS”.

Sendo assim, estar inserida nesses grupos de pesquisas e projetos, me fizeram refletir sobre as políticas públicas e gestão escolar, pensando na área de atuação em que escolhi, e fazendo referência com a inclusão de alunos com NEE.

INTRODUÇÃO

O artigo de conclusão de curso, abordou as políticas públicas de inclusão, a partir de uma análise das políticas públicas de inclusão em uma escola do município de Santa Maria/RS. A escolha da temática foi devido as pesquisas realizadas sobre políticas públicas e gestão escolar nos grupos de pesquisas, assim como, os estudos no decorrer do curso.

Com o objetivo de situar a proposta deste estudo, entende-se por políticas públicas:

Políticas públicas são decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade. Podem também ser compreendidas como estratégias de atuação pública, estruturadas por meio de um processo decisório composto de variáveis complexas que impactam na realidade. São de responsabilidade da autoridade formal legalmente constituída para promove-las, mas tal encargo vem sendo cada vez mais compartilhado com a sociedade civil por meio do desenvolvimento de variados mecanismos de participação no processo decisório. (AMABILE, 2012, p. 390)

Portanto, políticas públicas é um composto de ações realizadas pelo governo, pensadas para suprir as necessidades da sociedade. Nesse viés, abordaram-se as políticas públicas de inclusão, os documentos que normatizam a inclusão dos alunos no contexto escolar. Pois Aranha fala:

A ideia de inclusão fundamenta-se numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade. Isto significa garantia de acesso de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social. (ARANHA, 2001, p. 35)

Então, inclusão se refere a receber todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual, raça, dificuldades e deficiências sem discriminação. Esse trabalho teve como foco a inclusão de pessoas com necessidades especiais

educacionais, considerando a experiência de estágio supervisionado em uma escola pública municipal de Santa Maria/RS.

Dessa forma, chegou-se ao seguinte problema de pesquisa: “Como as políticas públicas de inclusão escolar são consideradas nas práticas pedagógicas durante as ações do estágio supervisionado em uma escola municipal de Santa Maria- RS?”.

Para dar conta de responder o problema de pesquisa elencou-se como objetivo geral: Analisar como as políticas públicas de inclusão são consideradas nas práticas pedagógicas durante as ações do estágio supervisionado em uma escola municipal de Santa Maria- RS. Como objetivos específicos destacam-se: relacionar as práticas do estágio supervisionado em Educação Especial com as normativas legais que orientam as ações no contexto escolar; e analisar as relações das políticas públicas de inclusão no contexto escolar, considerando os documentos normativos da Escola (Projeto Político Pedagógico).

METODOLOGIA

Para a realização desse estudo utilizou-se a pesquisa de abordagem qualitativa, segundo Triviños (1987, p. 122) a “[...] pesquisa qualitativa, de forma muito geral, segue-se a mesma rota ao realizar uma investigação. Isso é, existe uma escolha de um assunto ou problema, uma coleta e análise das informações [...]”. Dessa forma, a pesquisa qualitativa foi um método de busca científica, em que se identifica e analisa dados que não são numéricos. Nesse sentido, essa pesquisa é qualitativa, pois foi escolhido um contexto de prática que permitisse analisar como as políticas públicas de inclusão são consideradas nas práticas pedagógicas durante as ações do estágio supervisionado em uma escola municipal do município de Santa Maria- RS, em que foi olhado de forma a perceber o processo de inclusão escolar *in loco*.

Essa pesquisa caracteriza-se do tipo estudo de caso, assim, é uma pesquisa, cujo objeto é uma unidade que se analisa suas características que são dadas por duas circunstâncias, a primeira, a natureza e abrangência da unidade. Em segundo, a complexidade do estudo de caso está estabelecida pelos suportes teóricos que servem de orientação para o pesquisador (TRIVIÑOS, 1987).

A escola em que ocorreu a pesquisa, foi local onde a autora realizou o estágio supervisionado de *déficit* cognitivo no período de agosto até novembro do ano de 2017, em que atendeu uma menina de 8 anos com Síndrome de *Down*. A aluna estava no 3º ano do ensino fundamental, turno da tarde, inserida em uma turma de 18 alunos. A menina era atendida por uma hora, todas as terças-feiras na sala de atendimento educacional especializado (AEE) no turno inverso de sua aula.

A escola atende 183 crianças, divididas em nove turmas nos turnos da manhã e da tarde, na educação infantil com pré-escola A e B e do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. A instituição possui seis salas de aula, refeitório, parque infantil, um pátio amplo, sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado com uma educadora especial, que atende todos os dias da semana, no turno da manhã.

Durante a inserção na turma de 3º ano, da qual a menina participava, foi possível realizar uma das ações de inclusão, o ensino colaborativo, em que professora regente e educadora especial trabalharam juntas pensando em atividades que envolvessem toda a turma, nessa inserção, que ocorria toda a quarta-feira pela tarde, foi possível visualizar como acontecia a inclusão da aluna na turma. A professora regente procurava levar sempre atividades iguais aos demais colegas para a aluna, pois se a menina notasse que era diferente, não os realizava, então a docente levava exercícios e adaptava para que a aluna pudesse fazer.

Um ponto positivo observado, foi que a aluna tinha bom relacionamento com todos da classe, fazendo assim, com que todos os colegas lhe ajudassem em aula. A escola possuía um projeto sobre as etnias, em que semanalmente faziam atividades com a participação de todos os alunos da escola no pátio, permitindo assim a interação da aluna com a turma, e com todos da escola, oportunizando a integração entre eles, o que é de extrema importância para o desenvolvimento dos alunos.

O CONTEXTO ESCOLAR, PRÁTICAS DE INSERÇÃO NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM INTER-RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Nesta seção objetivou-se relacionar as práticas do Estágio Supervisionado em Déficit Cognitivo, realizado no 8º semestre do curso de Educação Especial com

as normativas legais que orientam as ações no contexto escolar. De como ocorreu esse processo de inclusão na escola no período da inserção.

A escola da rede municipal localiza-se no bairro Camobi, próximo a Base aérea de Santa Maria/RS, em que recebe 183 alunos da região, divididas da pré-escola ao quinto ano. A escola possui seis salas de aula, refeitório, parque infantil, um pátio amplo, rampa para usuários de cadeiras de rodas ou com deficiências físicas, possui uma educadora especial, que atende todos os dias da semana, no turno da manhã e uma sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado, que após a obrigatoriedade da implantação da sala de recursos nas escolas, que foi feita de uma parte de uma das salas de aula da escola, em que dividiram com uma parede de madeira, fazendo com que a acústica da sala seja ruim:

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de 6 instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios. (BRASIL, 2009).

Nesse viés, a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, fazendo com que em todas as escolas tenha sala de recursos para o AEE, lembrando também, que os atendimentos são para complementar o aprendizado do aluno e não um reforço. O Art. 17 da Resolução CMESM Nº 31, de 12 de dezembro de 2011 fala que “A escola, em conformidade com a legislação pertinente, deverá adaptar-se em sua infra-estrutura física e político pedagógica, bem como em recursos humanos e didáticos para o atendimento às necessidades educacionais especiais”. Dessa forma, a resolução do município de Santa Maria garante que todos as escolas da rede de estruture e se prepare didaticamente para receber esse alunado.

O estágio iniciou com observações, em que a estagiária, apenas observou de como era os AEE e de como era o comportamento e interação da aluna em sala de aula, para junto com a educadora especial e a professora regente da escola, pensar em planejamentos para atender as dificuldades e possibilidades da menina. Destaca-se também que por meio das inserções e observações percebeu-se que a

aluna realizava as atividades tanto no AEE, quanto na sala comum, com um pouco de resistência inicialmente, mas com a mediação do professor a aluna concluí-as:

O processo de mediação, por meio de instrumentos e signos, é fundamental para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, distinguindo o homem dos outros animais. A mediação é um processo essencial para tornar possível as atividades psicológicas voluntárias, intencionais, controladas pelo próprio indivíduo (OLIVEIRA, 2002, p. 33).

Portanto, demonstra-se a importância do papel do educador no ensino-aprendizagem da criança. Nesse sentido, o estágio se dividiu em dois blocos de cinco semanas, o primeiro bloco do plano de atuação teve como foco no atendimento educacional especializado, que o objetivo era promover a aprendizagem e o desenvolvimento do estudante com deficiência intelectual por meio da literatura infantil, com intuito de contextualizar a realidade do mesmo. O tema escolhido foi pelo fato de que a educadora especial da escola já estava trabalhando os clássicos infantis com a aluna, e foi dada sequência ao trabalho, com a história “Chapeuzinho vermelho”. Através do tema, foi escolhidas atividades que tivessem relação com o conto e que fosse dar maior ênfase na aprendizagem e no desenvolvimento da aluna.

Nesse primeiro bloco, na sala de aula ocorreu apenas a observação participante, em que a estagiária acompanhou a turma de terceiro ano, e auxiliava a aluna do AEE nas atividades. No segundo bloco, continuou esse trabalho com literatura, sendo trabalhado também com a turma, o livro “Um pirata muito só”, autoria de Denise Crespum. Portanto, nesse bloco, teve-se a oportunidade de fazer o ensino colaborativo, com o objetivo de promover a interação entre a aluna e a turma. O curso de Educação Especial trabalha em seus estágios com uma nova estratégia de inclusão escolar, que é o ensino colaborativo:

Assim, o professor regente da turma traz os saberes disciplinares, os conteúdos, o que prevê o currículo e o planejamento da escola, juntamente com os limites que enfrenta para ensinar o aluno com necessidade especial. O professor do ensino especial, por sua vez, contribui com propostas de adequação curricular, atentando para as possibilidades dos estudantes, considerando as situações de ensino propostas e as opções metodológicas, planejando estratégias e elaborando recursos adequados para a promoção de sua aprendizagem (MARIN; BRAUN, 2013, P. 53).

Nesse sentido, esse trabalho, trata-se de um ensino em conjunto, em que o educador da classe comum e o educador especial, trabalham concomitantes, planejando e desenvolvendo estratégias para atender a turma, considerando meios que trabalhe as especificidades e potencialidades dos alunos da classe, para que estimule e incentive o sujeito incluído para que realize todas as atividades junto com sua turma. Esse trabalho em conjunto exige preparação e planejamento de ambos professores e que a escola disponha um espaço para que possam discutir ideias e que essa articulação tenha um ótimo resultado para todos.

Na escola esse trabalho do ensino colaborativo, já acontecia, porém apenas no turno da manhã devido que a educadora especial trabalhava apenas nesse turno na escola, trabalhando em outra escola no turno da tarde. Mas nas reuniões pedagógicas a educadora especial e a professora regente da turma do terceiro ano, sempre conversavam sobre seus alunos, dividindo ideias e atividade. Portanto, o ensino colaborativo ocorreu de forma satisfatória com a estagiária e a educadora da classe, pois sempre compartilharam ideias e realizaram os planejamentos juntas para contemplar todos da turma.

AS RELAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLAR

O objetivo dessa seção foi analisar as relações das políticas públicas de inclusão no contexto escolar, considerando os documentos normativos da Escola. Verificando o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, para analisar o que está disposto sobre a inclusão escolar de alunos com NEE.

Salienta-se que a inclusão/exclusão das pessoas com NEE estão relacionadas à aspectos culturais. No século XVIII não se falavam em Educação Especial, as pessoas com algum tipo de demência eram mantidas em instituições, distante da sociedade, pois eram vistos como inválidas e incapazes para trabalhar e encostos para a família e não era realizado nenhuma atividade educacional com esses sujeitos.

Segundo Mendes (1995), no início do século XX, foi quando se passou a evitar o isolamento de pessoas com qualquer tipo de deficiência e desenvolver a potencialidade que os mesmos possuíam e foram surgindo escolas especiais e centros de reabilitação e começou a se pensar no aprendizado das pessoas com NEE, as instituições foram se especializando para poder receber esses sujeitos.

No Brasil, de acordo com Mazzotta (1996), nos anos de 1854 a 1956, período de crescimento na educação especial. Momento em que foi fundado o “Imperial Instituto para meninos cegos” que atualmente é o Instituto Benjamin Constant e também a fundação do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, agora Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Atualmente, o assunto inclusão de pessoas com necessidades especiais educacionais nas escolas comuns, tem sido mais debatido, mas isso só aconteceu a partir do ano de 1994, após a Declaração de Salamanca, esse documento foi desenvolvido na Conferência Mundial sobre Educação Especial, com o intuito da reforma de políticas educacionais, conforme o movimento de inclusão social e com uma política de justiça social que alcança alunos com necessidades especiais, que ocorreu na cidade de Salamanca na Espanha, com representantes de diversos governos internacionais. Nesse sentido:

O princípio fundamental desta linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de minorias lingüística, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavoráveis ou marginalizadas (BRASIL, 1994, p. 17- 18).

Portanto, a Declaração de Salamanca, em 1994, foi um grande marco para o começo da caminhada no que se refere a educação inclusiva, porque a inclusão ainda era vista como um tabu. Por isso, esses sujeitos possuem o direito de estarem inseridos na classe comum, e frequentar o Atendimento Educacional Especializado da Escola (AEE) em que frequentam.

No Brasil, no ano de 1996, foi implementada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei nº 9.394/96, no Art. 59 (BRASIL, 1996), em que determina que as normas de ensino devem garantir aos alunos métodos, recursos e organizações para atender as necessidades dos alunos no ensino comum, lhes ofertando o atendimento especializado e a inserção desses estudantes com os demais da classe.

Sendo assim, destaca-se, a importância da preparação do professor para receber esse alunado, pois não basta o sujeito estar apenas inserido no ensino comum, mas deve ter o atendimento educacional especializado com atividades adaptadas para suas especificidades. Com espaços que oportunize a interação

entre os colegas e com o âmbito adaptado para recebê-los, para que realmente ocorra a inclusão.

O Projeto Político Pedagógico da escola tem como objetivo, contribuir para a transformação dos sujeitos e da sociedade na medida em que valoriza suas características em termos de vida, origem, linguagem, hábitos, valores, com a finalidade de que o aluno possa vivenciar sua autonomia, responsabilidade, criatividade e solidariedade para com os demais. Nesse viés, ao construir os projetos das escolas, planejam o que se intenção de realizar no decorrer dos anos:

O Projeto Político Pedagógico (PPP) define a ambição da escola. É, ao mesmo tempo, processo e produto, porque, com base no ponto de partida, sinaliza o caminho a ser percorrido e aonde se chegará, em uma jornada diferente da de Cristóvão Colombo. Esse planejamento tem a intencionalidade de orientar o funcionamento e a organização da escola para conquistar a Educação almejada de acordo com o contexto no qual está inserida, expresso no item “Caracterização da comunidade”. (LOPES; MOURA; BARBOSA, p. 6-7, 2016).

Assim, o projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado, deve ser atualizado e ser atuado pela escola. Ele é construído em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo dos alunos, incluindo equipe diretiva, professores, funcionários e familiares dos estudantes, envolvendo toda a comunidade escolar nessa construção.

Nesse período de estágio, foi possível acompanhar como ocorre o processo de inclusão na escola municipal, na prática e nos documentos normativos da escola, o PPP da escola é do ano de 2015. Portanto, no que diz respeito a acessibilidade, no PPP contém que estavam aguardando a construção e viabilização de rampas para acesso de pessoas usuárias de cadeira de rodas e para deficientes físicos, no período da inserção, as rampas já estavam instaladas e sendo utilizadas pelos alunos.

A escola possui sua filosofia baseada na proposta da educação inclusiva, com diálogo, solidariedade, respeito à diversidade cultural e ideológica de toda a comunidade escolar, educando seus alunos para que desenvolvam consciência crítica de suas potencialidades; percebendo a educação como um processo contínuo, permanente e integral, motivada no compromisso de oferecer, ensino e aprendizagem significativa e de qualidade, oportunizando o desenvolvimento da

autonomia, a ação, reflexão, a criatividade e criticidade. Ciente que a educação é um direito de toda a população, independentemente de sua raça, religião e se possui deficiências. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 esclarece:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, art. 205, 1988).

Salienta-se que de acordo com Política Nacional de Educação Especial no que se refere à Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p.15), aborda que “[...] a educação especial passa a constituir na proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação [...]”. Portanto, todos possuem o direito de frequentar a escola, seja pública ou particular, incluindo-se a sala comum e tendo o atendimento educacional especializado.

O atendimento educacional especializado é realizado na sala de recursos da escola, de forma que complemente o aprendizado dos alunos com NEE, pensando em suas possibilidades e especificidades, segundo a Resolução CNE/CEB nº 4/2009 (Brasil, 2009), o estudante deve ser atendido no turno inverso ao que estuda. Devido aos horários da educadora especial, que atende apenas no turno da manhã na escola, os alunos que estudam nesse turno são retirados da aula para o atendimento, e os alunos no turno da tarde, possuem um horário semanal para serem atendidos no contra turno. Essa seria um dos pontos negativos, pois como a educadora leciona em outra escola, não tem como atender todos os alunos no contra turno. Para não prejudicar os alunos, a professora auxilia nas atividades da sala comum.

No que tange o professor de educação especial da escola, o ppp diz que, os profissionais que atuam no AEE da escola, possuem as seguintes atribuições: Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos de acessibilidade e estratégias, considerando as necessidades específicas dos alunos público alvo da educação especial. Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula do ensino comum, bem como em outros ambientes da escola.

A escola segue os fundamentos de Vygotsky, que procura mostrar que o funcionamento psicológico se baseia nas relações sociais dos sujeitos com o mundo exterior. Essas relações estão imersas em um processo histórico. Seus escritos ressaltam a importância da mediação como ideia central para a compreensão do desenvolvimento humano. Para o autor, o conhecimento é mediado através dos recortes do real, atuado pelos sistemas simbólicos disponíveis numa dada cultura. Para ele a formação de conceitos remete a discussão entre pensamento e linguagem, em que a linguagem assume um papel fundamental no processo de mediação do conhecimento:

O uso de meios artificiais – a transição para a atividade mediada – muda, fundamentalmente, todas as operações psicológicas, assim como o uso de instrumentos amplia de forma ilimitada a gama de atividades em cujo interior as novas funções psicológicas podem operar. Nesse contexto, podemos usar a lógica superior, ou comportamento superior com referência a combinação entre o instrumento e o signo na atividade psicológica. (VYGOTSKY, p. 73, 1998).

Então, para a escola a ideia central para o aprendizado de todos os alunos, é a mediação, do professor para o estudante, além de continuar esse processo em casa, para haver um resultado significativo na aprendizagem do educando.

A escola considera importante o trabalho com a família dos estudantes, pois atualmente há necessidade de a escola estar sempre vinculada com a família. A escola complementa a família e em conjunto tornam-se espaços agradáveis para a convivência de todos:

A Família é considerada a instituição social básica a partir da qual todas as outras se desenvolvem, a mais antiga e com um carácter universal, pois aparece em todas as sociedades, embora as formas de vida familiar variem de sociedade para sociedade. A Organização das Nações Unidas (ONU) em 1984, refere a Família como o elemento de base da sociedade e o meio natural para o crescimento e o bem-estar de todos os seus membros. (PEREIRA, 2008, p.43).

Portanto para a escola, a comunidade escolar deve participar das atividades dos alunos, estar presente na vida do educando, para que o ensino-aprendizagem se de nos dois ambientes em que o estudante mais convive.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que antigamente, não havia nenhum atendimento para esse alunado com NEE, eram desconsiderados da sociedade. Mas, com as [re]formulação das leis, isso foi se modificando e a inclusão foi ganhando espaço na comunidade, trabalho e escolarização.

As políticas públicas de inclusão são consideradas nas práticas pedagógicas durante as ações da escola em que foi realizado a inserção de estágio, como um documento de extrema importância para o funcionamento da escola, em que foi construído juntamente com a equipe e a comunidade escolar. Considera-se que, a inclusão acontece na escola, pois, foi possível observar que além dos professores, a escola, quanto a estrutura, estão preparados para atender as demandas dos alunos, como está previsto no PPP.

A partir do estágio supervisionado de déficit cognitivo, foi possível realizar o ensino colaborativo em que se pode visualizar como era o processo de inclusão na escola. A escola demonstrou ser bem receptiva com todos os alunos, trazendo atividades que envolvessem todos eles, nos projetos, fazendo a integração de toda a escola. Com o esse método do ensino colaborativo, percebeu-se a importância do trabalho em conjunto para a aprendizagem dos alunos, principalmente do sujeito incluído, trabalhando o mesmo conteúdo do que o restante do grupo, porém adaptada para sua melhor compreensão.

Portanto, o Projeto Político Pedagógico da escola, objetiva contribuir para a transformação dos alunos e da sociedade considerando suas características de origem, linguagem, hábitos, valores, a fim de que o aluno possa vivenciar sua independência, responsabilidade, criatividade e solidariedade para com os demais da classe.

Na inserção, foi possível perceber experiências positivas, sobre a inclusão nessa escola, que de fato acontece, pois, além de possuir acesso para os deficientes físicos, que está nos documentos que seria implantado, na prática já está acontecendo com instalação de rampas. E quanto ao aprendizado dos alunos com necessidades educativas especiais, são atendidos na sala do AEE e realizado as mediações tanto na sala de recursos, quanto na sala comum. Uma das experiências negativos que se observou foi de que a educadora especial atende apenas no turno da manhã, tendo que retirar alguns alunos da sala de aula, fazendo com que percam atividades, porém, isso não é por decorrência da direção da escola, se deve pôr a educadora trabalhar no outro turno em uma escola particular e ter seus horários.

As práticas no ensino colaborativo foram de extrema importância, cabendo salientar que teve auxílio da coordenação da escola e das professoras da turma envolvida, o que possibilitou um excelente trabalho em conjunto. A professora estava sempre presente durante o período de inserção, contribuindo e apoiando nas explicações e atividades desenvolvidas.

Portanto, esse trabalho foi de extrema importância, pois, além de ter permitido que realizasse a análise dos documentos que orientam as práticas políticas de inclusão, foi possível vivenciar a prática da escola, o funcionamento desse processo. Percebeu-se também, o quanto os familiares são participativos na vida escolar dos alunos, considerando um ponto positivo para o ensino-aprendizagem desse alunado. A receptividade da equipe diretiva, professores e funcionários, tanto com a comunidade escolar, quanto com a estagiária. Por fim, a realização desse estágio permitiu que fossem vivenciados momentos até então desconhecidos, muitas vezes, se precisou trabalhar com improvisações e até mesmo alterações dos planejamentos. Foram vividos períodos de frustrações e também de felicidade pela conquistada da aluna, de forma a acrescentar no preparo enquanto profissionais da área.

REFERÊNCIAS

AMABILE. E. N. **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena, 2012.

ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Ano XI, n.º 21, março, 2001.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO 1994.

_____, **Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação**. Resolução nº 04, outubro de 2009. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica – Modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União Brasília, nº190, outubro de 2009.

_____, **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>.

_____, **Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, Brasília, 2008.

_____, **Conselho Municipal De Educação De Santa Maria**, resolução CMESM nº 31, art. 17, Santa Maria, 2011.

_____, **Constituição da República Federativa do Brasil**. art. 205, Brasília, 1988.

LOPES L; MOURA M; BARBOSA M. **Projeto Político Pedagógico Orientações para o gestor escolar entender, criar e revisar o PPP**. São Paulo, 2016.

MARIN M; BRAUN P. Ensino colaborativo de inclusão escolar. **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

MENDES, E. G. **Deficiência Mental: A construção científica de um conceito e a realidade**. Tese de Doutorado - USP: São Paulo, 1995.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico 4. ed. São Paulo: Scipione, 2002.

Pereira, M. **A relação entre pais e professores**: uma construção de proximidade para uma escola de sucesso. Universidade de Málaga, 2008.

TRIVIÑOS A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, 1987.